

Excelentíssimo Senhor MARNE MATEUS VITORINO DE SOUZA Presidente da Câmara Municipal de Mostardas Assunto: Projeto de Lei 155/2022

Senhor Presidente:

O presente projeto de lei visa criar o cargo de Assessor Jurídico para compor o quadro da Procuradoria Jurídica, a fim de prestar assessoramento aos advogados e Procurador Geral em assuntos de natureza jurídica, através de pesquisas de jurisprudências, estudos, elaboração de teses, visando a harmonia das matérias de defesa, no sentido de organização de métodos e procedimentos para orientar o planejamento, a execução e o controle das atividades da Procuradoria.

Atualmente, o quadro da Procuradoria do Município é composto por três advogados efetivos com carga de 20 horas semanais, e um Procurador Geral, que são responsáveis por 1.388 processos na Justiça Estadual, 33 processos na Justiça Federal e 49 processos na Justiça do Trabalho. Além disso, são inúmeros processos administrativos e memorandos que necessitam de parecer jurídico.

Fato importante é que, com o novo regramento, o Poder Judiciário converteu todos os processos físicos em processos eletrônicos. Corolário lógico, é que os advogados passaram a não ter mais o controle sobre os prazos, que antes eram iniciados com a intimação pessoal (em cartório), posto que pelas novas regras do Código de Processo Civil todos os processos e intimações são impulsionados pelo sistema, tornando muito mais célere o andamento processual.

Dessa forma, os advogados necessitam elaborar as teses, petições e cumprir os prazos em menor tempo, o que torna muito importante a figura do Assessor Jurídico para prestar auxílio nesse sentido, a fim de distribuir prazos no sistema Eproc "Analista da Procuradoria", bem como realizar as pesquisas de súmulas, jurisprudências e estudos, elaborando teses para o ajuizamento de ações e defesas processuais, aprimorando o andamento dos trabalhos.

Outrossim, concentram-se na Procuradoria todos os pedidos de pareceres apresentados pelo prefeito, secretários e controlador interno, bem como em processos administrativos em geral, que atualmente são atendidos pelos advogados e procurador, em acúmulo com o cumprimento de prazos, defesas e elaborações de iniciais. Dessa forma, o Assessor Jurídico ficará responsável também por tais pareceres, no sentido de aumentar a produtividade, a eficiência e a organização dos trabalhos da Procuradoria do Município.

Diante do exposto, entendemos que a criação do cargo atende o interesse público e aos requisitos legais, e assim, submetemos o presente projeto de lei para apreciação, análise e posterior votação dessa Casa Legislativa.

Mostardas, 13 de outubro de 2022.

MOISÉS BATISTA PEDONE DE SOUZA Prefeito Municipal



PROJETO DE LEI Nº 155/2022

de 13 de outubro de 2022

CRIA CARGO NO QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA LEI MUNICIPAL Nº 4335, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou, nos termos da Lei Orgânica do Município, e eu, MOISÉS BATISTA PEDONE DE SOUZA, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica criado no Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Executivo Municipal, constantes do artigo 20, da Lei Municipal nº 4335, de 07 de dezembro de 2021, o seguinte cargo:

| Nº DE CARGOS E FUNÇÕES | DENOMINAÇÃO | PADRÃO CC | CÓDIGO FG | ANEXO | |
|------------------------|-----------------------------------|-----------|-----------|---------|--|
| 01 | Assessor Jurídico da Procuradoria | CC-VI | FG-VIII | II - 60 | |

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MOSTARDAS,

MOISÉS BATISTA PEDONE DE SOUZA Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

LAÍS SOUZA TEIXEIRA Secretária Geral de Governo ANDRÉ DE LEMOS SOARES Secretário Municipal de Administração



PROJETO DE LEI Nº 155/2022

de 13 de outubro de 2022

ANEXO II - 60

QUADRO: CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÃO GRATIFICADA

CATEGORIA: APOIO ADMINISTRATIVO

CARGO: ASSESSOR JURÍDICO DA PROCURADORIA

PADRÃO: CC-VI/FG-VIII

SÍNTESE DOS DEVERES: assessorar nos processos administrativos, judiciais e consultas que lhe forem submetidas pelo Procurador Geral, advogados, prefeito e secretários, emitindo pareceres e interpretações de textos legais.

EXEMPLOS DE ATRIBUIÇÕES: assessor o Procurador Geral, assessorar a elaboração de normas, métodos e procedimentos para orientar no planejamento, a execução e o controle da distribuição de processos de natureza jurídica e administrativa junto à Procuradoria; proceder a pesquisas de súmulas, jurisprudências e de leis a instruir processos administrativos e judiciais a fim de elaborar as teses a serem desenvolvidas; atender a consultas sobre questões jurídicas submetidas pelo prefeito e secretários municipais, emitindo parecer; participar de reuniões coletivas da Procuradoria e aquelas designadas pelo prefeito; presidir os inquéritos e procedimentos administrativos junto ao Ministério Público Estadual, Federal e do Trabalho e Delegacia de Polícia; exercer outras atividades compatíveis com a função, de conformidade com a disposição legal ou regulamentar, ou para as quais seja designado.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Horário: período normal de trabalho de 20 horas semanais;
- b) Outras: o exercício do cargo poderá determinar a realização de viagens e trabalhos à noite, aos sábados, domingos e feriados.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

- a) Escolaridade: curso superior de Direito;
- b) Habilitação profissional: habilitação para o exercício da profissão de advogado, com registro na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil);
- c) Idade mínima: 21 anos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSTARDAS

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - 12/2022

Art 16, inciso I e § 4º inciso I da LC 101/2000

Estudo da adequação orçamentária e financeira referente ao projeto de lei 155/2022, conforme Art.7º Inciso VII da Constituição Federal e em cumprimento ao disposto no Art. 16, inciso I § 4º, inciso I, da Lei Complementar nº 101-2000.

I - IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

| Descrição da Ação Criada, Expandida ou Aperfeiçoada | | | | and a second | |
|---|---|-----------|-----------|--------------|--|
| Despesa Aumentada | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | |
| 3.1 – Pessoal e Encargos | 13.332,50 | 90.291,32 | 95.708,81 | 100.975,60 | |
| 3.2 – Juros e Encargos da Dívida | | | | | |
| 3.3 – Outras Despesas Correntes | | | | | |
| 4.4 – Investimentos | | | | | |
| 4.5 – Inversões Financeiras | | | | | |
| 4.6 – Amortização da Dívida | | | | | |
| TOTAIS==== | 13.332,50 | 90.291,32 | 95.708,81 | 100.975,60 | |
| | () Aumento Permanente da Receita mediante adoção da (s) seguinte (s) medida(s): | | | | |
| | () Redução Permanente da Despesa mediante adoção da seguinte medida redução do número excessivo de horas extras e demais ajustes de pessoal | | | | |
| Mecanismo de Compensação | () Aproveitamento da Margem de Expansão das DOCCs, de acordo com o demonstrativo específico da LDO. | | | | |
| | () A despesa não se enquadra no conceito de despesa obrigatória de caráter continuado, na forma do art. 17, § 1º da LRF sendo, portanto, dispensados os mecanismos de compensação previstos no § 2º do mesmo artigo. | | | | |



II - COMPATIBILIDADE COM PLANO PLURIANUAL

(X) A ação será incluída no Plano Plurianual de que trata a Lei Municipal nº 4281/2021,

III - COMPATIBILIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

(x) A ação será incluída nas Lei Diretrizes Orçamentárias nº 4310/2021 para o exercício de 2022,

IV - COMPATIBILIDADE COM A LEI DE ORÇAMENTO

(x) A despesa decorrente da execução da ação está de acordo com Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2022 e os anos de 2023, 2024 e 2025 nos outros exercícios

V - IMPACTO SOBRE AS METAS FISCAIS

1) A despesa decorrente da execução orçamentária está incluída na Lei Orçamentária de 2022 e estará prevista na Lei Orçamentária para os exercícios financeiros de 2023, 2024 e 2025 com saldos suficientes para cobertura dessas despesas. As receitas e as despesas previstas nas Propostas de Lei Orçamentária Anual estão compatíveis com as metas do resultado Primário e Nominal, previsto no anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Portanto as execuções das ações previstas não iram afetar as metas fiscais previstas.



VI - IMPACTO SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (1)

| Ítem | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| (1) Receita Corrente Líquida Prevista | 59.770.051,49 | 64.758.554,06 | 71.896.481,77 | 77.191.305,86 |
| (2) Gastos Totais com Pessoal Previsto Poder Executivo | 27.769.615,13 | 31.105.745,11 | 34.838.161,61 | 39.018.449,90 |
| (3) Percentual atual em relação à Receita Corrente Líquida (= 2 / 1)*100 | 46,46 % | 48,03 % | 48,46 % | 50,55 % |
| (4) Acréscimo nos gastos Poder Executivo (5) Gastos Totais Projetados com | 13.332,50 | 90.291,32 | 95.708,81 | 100.975,60 |
| o aumento proposto.(= 2 + 4) Poder Executivo | 27.782.947,63 | 31.196.036,43 | 34.933.870,42 | 39.119.425,50 |
| (6) Percentual projetado em relação à Receita Corrente Líquida (= 5 / 1)*100 | 46,48 % | 48,17 % | 48,59 % | 50,68 % |



DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DESPESA LRF Art. 16 inciso II

Moisés Batista Pedone de Souza no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento às determinações do inciso II do art. 16 da Lei Complementar 101-2000, na qualidade de Ordenador de Despesas, e à vista da estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro, com finalidade Criar o Cargo de Assessor Jurídico, conforme Art.7º Inciso VII da Constituição Federal, DECLARO que existirá recursos para a execução das ações, cuja despesa correrá por conta da Lei Orçamentária 4338 que estima receita e fixa despesas para o exercício de 2022.

Declaro, que a execução das ações acima referida não contraria nenhum dispositivo legal, notadamente da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal e demais leis em vigor, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal e Resoluções do Senado Federal.

Por se tratar de despesa obrigatória de caráter continuado, nos termos do art. 17, § 5º da LRF, declaro, também, que nenhuma das ações previstas serão executadas antes das implementações dos mecanismos de compensação indicada no **ítem** I.

Mostardas, 06 de outubro de 2022.

MOISÉS BATISTA PEDONE DE SOUZA Prefeito Municipal